

Centrão de volta para votar ordem econômica

TÂNIA MONTEIRO

O Centrão, com toda a sua infra-estrutura, entrará em cena novamente: seus integrantes serão trazidos a Brasília para a votação do capítulo da ordem econômica, um dos mais polêmicos da Constituição, prevista para o próximo final de semana. As divergências se concentram em quatro pontos básicos: definição de empresa nacional, exploração de recursos minerais, distribuição de petróleo e reforma agrária. "Sobre estes itens podemos alterar palavras, mas a essência, nunca" — garante um dos líderes do grupo, deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE).

Três reuniões já foram realizadas na semana passada para que se iniciassem as negociações, e uma delas foi com o senador Severo Gomes, representante da esquerda do PMDB. Ambos os lados, embora digam que estão dispostos a negociar, não desejam alterar os seus projetos.

Alguns desses pontos polêmicos, na opinião da maior parte dos integrantes dos dois grupos, nem deveriam estar constando do texto da futura Constituição, como é o caso da definição de empresa nacional

e da distribuição de petróleo. "Só a Guiné-Bissau tem na sua Constituição a definição de empresa nacional" — argumenta o senador Albano Franco (PMDB-SE), apoiado pelo deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP), que completa: "O espírito corporativista que domina a Constituinte quer introduzir artigo, referindo-se à distribuição do petróleo, que atualmente é regulado por portaria do Conselho Nacional do Petróleo. Por isso, a Constituição está se tornando uma colcha de retalhos, porque está sendo movida por interesses de grupos. Quem tem mais força, mais poder de pressão, tem conseguido garantir seus interesses pessoais".

Na quinta-feira, no gabinete do senador Albano Franco, durante reunião de donos de postos de gasolina, transportadores e revendedores com constituintes, como Max Rosenmann (PMDB-PR) e Humberto Souto (PFL-MG), que possuem emendas sobre o tema, os ânimos estiveram exaltados e quase houve agressão física. Albano Franco ficou impressionado com o que presenciou e já prevê que em plenário a situação não venha a ser muito diferente. "São muitos os interesses em

jogo", comenta. O presidente da Confederação Nacional da Indústria é autor de uma das oito emendas que propõem a supressão desse dispositivo da Constituição. Existem três outras emendas sobre a questão, mas a que está despertando maiores atenções é a de Max Rosenmann, que traz para a nova Carta uma portaria do CNP e tem sido alvo de severas críticas, até no Centrão.

Mas a definição de empresa nacional é considerada um ponto nevrálgico de negociação. Severo Gomes acha que "será difícil se chegar a um consenso quando os objetivos são tão distintos quanto antagônicos". A maior parte dos integrantes do Centrão admite apenas mudar uma ou duas palavras, mas, de forma alguma, o teor do texto que permite a presença de empresas estrangeiras no País, enquanto a esquerda quer limitar o seu ingresso e participação na economia nacional.

"Precisamos do investimento e da tecnologia estrangeira", alerta Albano Franco. Francisco Dornelles, principal negociador do Centrão, acha a posição das esquerdas "ultrapassada".

(Brasília-Agência. Estado)

Proposta sobre empresa nacional

É o seguinte o texto do projeto do Centrão sobre empresa nacional: "Será considerada empresa brasileira aquela constituída sob as leis brasileiras e que tenha no País sua sede e administração.

Sobre distribuição de petróleo não existe emenda do Centrão, porque o grupo entende que o assunto não deve constar da Constituição.

Sobre exploração de recursos minerais: "O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a pesquisa e a lavra de recursos e jazidas minerais somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional. São privativos de brasileiros, ou de empresa brasileira de capital nacional, o aproveitamento de potenciais de recursos hídricos e a pesquisa e a lavra de recursos minerais em faixas de fronteira e em terras indígenas, obedecida a legislação pertinente".

A íntegra do texto constitucional aprovado na semana está na página 53

Desestatização é a prioridade

Existem 11 emendas ao item que define empresa nacional: seis semelhantes à proposta da Sistematização, três pró-Centrão e duas que excluem a definição, apenas tratando dos benefícios de que as empresas nacionais devem gozar em relação às estrangeiras.

A maior preocupação dos líderes do Centrão é com a desestatização da economia. "Não podemos ter uma administração eficiente na política econômica com este grau de estatização" — afirma Francisco Dornelles. "Por isso, precisamos manter o texto do Centrão", lembra Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA). Já o deputado Luiz Roberto Ponte (PMDB-RS) ressalta que "é neces-

sário diminuir o máximo possível a iniciativa do Estado como empresário, porque tudo em que ele põe a mão sai mais caro e de eficiência duvidosa, gerando, inclusive, corrupção em grande escala".

"Tiramos uma insanidade do texto da Sistematização, que dizia que toda a exploração de recursos minerais só pode ser feita por empresa nacional" — revelou Ponte. A seu ver, há uma possibilidade de entendimento com Severo Gomes para que o texto final preveja que apenas os recursos minerais de extremo interesse nacional sejam explorados exclusivamente por empresas nacionais. Há, entretanto, muita re-

sistência. Afif Domingos, por exemplo, acha perigoso se estabelecer tal princípio na Constituição, porque muitas vezes a exploração de certos minerais exige tecnologia especial ou até acordo internacional, para ser desenvolvida com rapidez, para interesse do próprio país.

A reforma agrária não deverá ser objeto de negociação. Esta, pelo menos, é a expectativa da maior parte dos integrantes do Centrão e do próprio Severo Gomes, que defende os interesses da esquerda. "Tudo o que podíamos ceder já cedemos quando foi elaborado o texto do Centrão" — afirma Ricardo Fiúza.